



## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

Nota Técnica nº 72/2017/GRP/SRG

Assunto: Revisão da norma aprovada pela Resolução nº 3.290/14. Análise de recomendações da PF/ANTAQ.

### INTRODUÇÃO

1. Trata-se de análise de contribuições e recomendações de lavra da Procuradoria Federal junto à Antaq ("PF/ANTAQ") constantes do Parecer Jurídico nº 00061/2017/NCA/PFANTAQ/PGF/AGU (SEI 0347698, fls. 1 a 5) e do Despacho nº 00781/2017/GAB/PFANTAQ/PGF/AGU (SEI 0347698, fls. 7 a 9) acerca da proposta de revisão da norma aprovada pela Resolução nº 3.290/14.
2. A PF/ANTAQ debruçou-se sobre o texto da Resolução Normativa-MINUTA SRG 0312660 e sobre as modificações propostas pela Gerência de Autorização de Instalações Portuárias ("GAP") no Despacho GAP 0332595.
3. Acerca das contribuições da GAP levadas em consideração pela Procuradoria, alerte-se, desde logo, que a Superintendência de Outorgas ("SOG") considerou que as mesmas deveriam ser tratadas em momento posterior, aparentemente não homologando-as, conforme se lê no Despacho SOG 0332626, encaminhando apenas documento intitulado "Análise comparativa do substitutivo à 3.290/2014 e simulação de possível cenário regulatório" (SEI 0330879).
4. Mencione-se, ainda, que se aproveitou a oportunidade para fazer outras alterações pontuais pertinentes.

### ANÁLISE

#### I. DAS RECOMENDAÇÕES DA PF/ANTAQ

5. Após estudo das recomendações da Procuradoria, essa setorial técnica procedeu a alguns ajustes na proposta de norma anteriormente apresentada pela Superintendência de Regulação no Documento SEI 0312660, conforme se passa a explicitar:

##### ***Protocolo de documentos***

6. Acatou-se a recomendação para incluir dispositivo no Capítulo referente às Disposições Finais e Transitórias que permita o protocolo dos documentos referidos na norma "na sede ou em qualquer Unidade Regional da Antaq", bem como para, no intuito de uniformizar procedimentos, retirar a expressão "em sua sede" do §1º do artigo 42.

### ***'Dies a quo' para contagem de prazo***

7. Alterou-se a redação do artigo 8º para fazer constar expressamente o marco inicial para contagem do prazo ali presente, o que confere clareza ao dispositivo.

8. Com base em disposição contida no artigo 27, §1º, II, do Decreto nº 8.033/13, portanto, previu-se que, "desde que a documentação esteja em conformidade com os artigos 4º e 6º desta Norma, a Antaq promoverá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento do requerimento, a abertura de Anúncio Público, por meio da divulgação de instrumento convocatório".

### ***Forma de aferição de exigência para emissão do TLO***

9. Incluiu-se um parágrafo ao artigo 30 para fazer constar como será feita a aferição da nova etapa criada para emissão do Termo de Liberação da Operação - TLO pela Antaq, qual seja, a "afixação de placa identificadora da instalação portuária e indicativa dos meios de comunicação dos usuários com a Antaq, via atendimento 0800 ou Internet, confeccionada de acordo com os padrões e cores estabelecidos em normativo da Agência".

10. Previu-se, pois, que a comprovação do cumprimento dessa etapa deverá ocorrer durante a vistoria técnica a ser realizada pela Antaq referida no inciso I, por ser medida de eficiência e celeridade.

### ***Forma de contagem de prazos***

11. Considerando que a PF/ANTAQ entende por desnecessário indicar que os prazos serão contados de acordo com a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, optou-se por suprimir o artigo 51 da Resolução Normativa-Minuta apresentada pela SRG. Supressão, esta, que garante mais objetividade ao texto.

### ***Correções gramaticais***

12. Promoveram-se algumas correções gramaticais e substituição de expressão por sinônimo nos dispositivos a seguir indicados:

- a) No artigo 29, §3º, corrigiu-se a concordância para "afastam";
- b) No artigo 37, substituiu-se a expressão "através de" por "mediante";
- c) No artigo 42, §1º, corrigiu-se a escrita para "porventura".

### ***Certidão de disponibilidade do espaço físico em águas públicas***

13. A PF/ANTAQ, no Parecer 00061/2017/NCA/PFANTAQ/PGF/AGU, entendeu que a supressão da exigência de certidão de disponibilidade de espaço físico em águas públicas poderia gerar problemas à análise da viabilidade locacional e sugeriu a manutenção da exigência. Alegou que em razão de essa Agência, por força do art. 27 do Decreto nº 8033/13, poder exigir outros documentos além daqueles previstos no Decreto, a simples modificação do termo "área" para "terreno", por si só, não elidiria a possibilidade de se exigir referida certidão.

14. A Procuradora-chefe, através do Despacho nº 00781/2017/GAB/PFANTAQ/PGF/AGU, corroborou a necessidade de tal certidão e, adicionalmente, recomendou que constasse disposição expressa atribuindo à Antaq a responsabilidade em requerê-la junto à Secretaria de Patrimônio da União ("SPU") com base no disposto no artigo 2º do Decreto nº 9.094, de 17/07/2017.

15. Após reanálise acerca da conveniência técnica da certidão de disponibilidade de espaço físico em águas públicas e considerando, em especial, algumas controvérsias acerca da utilização e

compartilhamento de área molhada por terminais lindeiros já enfrentadas pela Antaq, optou-se por acatar a recomendação da Procuradoria de manutenção da mesma. Concorde-se que a Certidão se mostra relevante para a análise de viabilidade locacional que passará a ser feita por essa Agência, em substituição ao Poder Concedente. Todavia, não se acatou recomendação da Procuradora-chefe de inclusão de dispositivo que atribua à Antaq a responsabilidade em providenciá-la.

16. Apesar de essa certidão não constar do rol de documentos exigidos para a obtenção de autorização pelo artigo 27 do Decreto nº 8.033/13, acredita-se que, no contexto dos pleitos de outorga, o documento deve ser apresentada pelos interessados, a exemplo do que o Decreto nº 9.048/17 previu ao permitir, para os fins de comprovação da propriedade ou direito de uso ou fruição do terreno, a apresentação à Antaq de certidão emitida pela SPU que ateste que a área requerida se encontra disponível para futura destinação ao empreendedor autorizado pelo poder concedente (vide artigo 27, §§2º e 3º, do Decreto nº 8.033/13).

17. Note-se, ainda, que a Portaria Interministerial (MPTA e MPDG) nº 01, de 18/04/2017, invocada pela Procuradora-chefe, foi publicada antes do Decreto nº 9.048/17, motivo pelo qual se revela inaplicável o disposto no seu artigo 5º, inciso III, que não se sustenta frente à superioridade hierárquica normativa dos decretos presidenciais.

18. Com base nessas premissas, incluiu-se o inciso VI ao artigo 4º com a transcrição da redação que consta no artigo 20, VII, da Resolução nº 3.290/14 atualmente em vigor: "certidão declaratória acerca da disponibilidade do espaço físico em águas públicas, expedida pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU ou por outro ente com atribuição equivalente, se for o caso". Adicionalmente, renumeraram-se os demais incisos e ajustou-se remissão contida no §4º do mesmo artigo.

### ***Complexo Portuário Privado***

19. O Complexo Portuário Privado foi considerado pela PF/ANTAQ como novo tipo de outorga e, como tal, sua criação só poderia ocorrer mediante lei. Ademais, alegou-se que a figura se assemelharia a uma subautorização parcial, que pode ser aumentada pouco a pouco até a extinção da autorização original, sendo que o autorizatório original ainda remanesceria com obrigações em relação ao complexo (ordenação marítima e terrestre comuns) como se fosse uma autoridade portuária privada. Tratar-se-ia, conforme aquela Procuradoria, de novos institutos jurídicos sendo criados por resolução, sem qualquer previsão legal que a fundamente. Por esse motivo, a Procuradoria posicionou-se contrariamente à previsão desses Complexos.

20. Com a devida vênia, não se concorda com retirada dos mesmos da proposta normativa.

21. Primeiramente, os Complexos Portuários Privados não correspondem a um novo tipo de outorga. Cuida-se de um Terminal de Uso Privado explorado mediante autorização e previsto no artigo 2º, IV, da Lei nº 12.815/13, embora com algumas peculiaridades que, entretanto, não são suficientes para afastar sua caracterização como TUPs.

22. A possibilidade de fracionamento de uma área inicialmente outorgada para exploração por novo interessado não se trata propriamente de uma subautorização, mas de uma nova autorização a ser precedida de Anúncio Público, conforme previsto no artigo 44 da Resolução Normativa-MINUTA. Fracionamento, este, que não é vedado pela legislação portuária vigente.

23. No que concerne à figura do "administrador do complexo" atribuída ao autorizatório inicial, esclareça-se que é justificada pelo fato de ele possuir a propriedade ou outro instrumento jurídico que assegure o direito de uso e fruição do terreno, sendo decorrência lógica desse fato que a ordenação marítima ou terrestre comuns do complexo sejam de sua responsabilidade, a exemplo do que ocorre nos TUPs em geral. A justificativa subsiste ainda que haja o fracionamento total da área

inicialmente outorgada, pois nessa hipótese o autorizatório inicial permanecerá como dono das áreas comuns e titular de um contrato, embora não operacional.

24. Por fim, atente-se que não se pretende criar a figura dos "Complexos Portuários Privados" - como se nova modalidade de outorga fosse -, mas apenas suprir o vácuo regulamentar e conferir segurança jurídica a esses empreendimentos que já existem e cuja implantação já foi devidamente autorizada por essa Agência com amparo no dispositivo do marco regulatório portuário supracitado, a exemplo dos casos do Porto de Açú (Processo nº 50300.000529/2009-63), Porto Central Complexo Industrial Portuário S/A (Processo nº 50300.001217/2015-15) e Terminais Ponta Negra (Processo nº 50300.012601/2016-24).

25. Não custa relembrar que o tema consta da Agenda Regulatória para o Biênio 2016/2017 e optou-se, por economia processual, por regulamentá-lo em conjunto com a adaptação da Resolução nº 3.290/14 às novas regras introduzidas pelo Decreto nº 9.048/17.

26. Não obstante o entendimento dessa setorial técnica, caso a Diretoria entenda que a questão ainda não está madura o suficiente para deliberação e que são necessários novos estudos e discussões, apresenta-se, **alternativamente**, proposta de norma sem o Capítulo dedicado aos Complexos Portuários Privados (Resolução Normativa-MINUTA SEI 0363702 e Resolução Normativa-MINUTA SEI 0363844), de modo que o tema continuaria sendo examinado no bojo do Processo nº 50300.000024/2017-17, originariamente aberto para esse fim.

## **II. OUTRAS ALTERAÇÕES**

### ***Atendimento ao Decreto nº 9.094/17***

27. Para além das alterações decorrentes de contribuições da Procuradoria, procedeu-se a algumas modificações em atendimento ao artigo 2º do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, que determinou a obtenção, por parte de entidades do Poder Executivo Federal, de documentos comprobatórios da regularidade da situação de usuários de serviços públicos diretamente do órgão ou entidade responsável pela base de dados da administração pública federal:

"Art. 2º Salvo disposição legal em contrário, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal que necessitarem de documentos comprobatórios da regularidade da situação de usuários dos serviços públicos, de atestados, de certidões ou de outros documentos comprobatórios que constem em base de dados oficial da administração pública federal deverão obtê-los diretamente do órgão ou da entidade responsável pela base de dados, nos termos do Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016, e não poderão exigí-los dos usuários dos serviços públicos".

28. Retirou-se do artigo 4º, inciso XIII, a necessidade de apresentação pelos interessados de documentação comprobatória de regularidade perante a Fazenda Federal, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

29. Por outro lado, incluiu-se novo artigo (artigo 6º) prevendo que a Antaq providenciará a emissão dessas certidões, explicitando-se que a presença de irregularidades ensejará a notificação do interessado para promover as adequações no prazo de 30 (trinta) dias e, caso não o faça, o processo será arquivado. Essa inclusão gerou a renumeração de todos os artigos seguintes.

30. Ressalte-se que foi retirada a menção à certidão de INSS em razão de não existir mais certidão específica relativa a contribuições previdenciárias desde 2014, tendo a Fazenda Nacional unificado a prova da regularidade de todos os tributos federais em um único documento.

31. Por fim, fez-se ajuste no caput do artigo 8º e incluiu-se um parágrafo no artigo 48 da Resolução Normativa-MINUTA que contempla os Condomínios - ou artigo 44 daquela que não os contempla - com a mesma previsão de obtenção pela Antaq daquelas certidões em se tratando

consórcios.

### ***Supressão de conceitos***

32. Suprimiu-se do artigo 2º os incisos VIII e IX que traziam, respectivamente, os conceitos de navegação de cabotagem e de navegação interior, renumerando-se os demais incisos.

33. Entende-se por prescindível a presença dos mesmos na norma que trata de autorização de instalações portuárias, sendo suficiente conceituar estas últimas. A retirada deixa o texto mais conciso e enxuto.

### ***Supressão de obrigatoriedade de regulamentação***

34. Excluiu-se o parágrafo único do artigo 32, que previa que o acesso às instalações portuárias em caráter excepcional deveria ser regulamentado em norma específica da Antaq.

35. A exclusão se justifica em razão da alteração ao artigo 44 do Decreto nº 8.033/13 promovida pelo Decreto nº 9.048/17. A redação anterior do dispositivo continha um comando mandatório, ao passo que a redação atual trouxe uma faculdade, conforme se lê:

#### **REDAÇÃO ANTERIOR:**

"Art. 44. A Antaq disciplinará, após consulta pública, as condições de acesso por qualquer interessado, em caráter excepcional, às instalações portuárias arrendadas, autorizadas ou exploradas pela concessionária, assegurada remuneração adequada a seu titular".

#### **REDAÇÃO ATUAL:**

"Art. 44. A Antaq poderá disciplinar, após consulta pública, as condições de acesso por qualquer interessado, em caráter excepcional, às instalações portuárias arrendadas, autorizadas ou exploradas pela concessionária, assegurada a remuneração adequada a seu titular".

36. Portanto, considerando que a Agência pode optar por regulamentar ou não, optou-se por suprimir o dispositivo da Resolução Normativa-MINUTA que trazia a obrigatoriedade de regulamentação.

### ***Melhoramento de texto referente a alteração do perfil de carga***

37. Entendeu-se por salutar fazer constar na redação do artigo 35 que não só a alteração, mas também a "inclusão" do perfil de carga movimentada deve ocorrer mediante expedição de nova autorização pelo poder concedente e celebração de novo contrato de adesão, com consequente realização de novo Anúncio Público.

38. Não obstante se entenda que o conceito de "alteração de perfil de carga" já abrange a hipótese de inclusão de novo perfil, a proposta traz clareza e evita dúvidas por parte dos regulados e da própria equipe técnica na aplicação da Norma nos casos concretos.

### ***Melhoramento de texto referente a ampliação de área***

39. Retirou-se do *caput* do artigo 37 o trecho "dispensada a celebração de novo contrato de adesão ou a realização de novo Anúncio Público". A previsão de que a ampliação de área será formalizada mediante aditivo contratual é suficiente para concluir que não será firmado novo contrato ou realizado novo Anúncio, eliminando-se certa redundância no texto normativo.

40. Ademais, incluiu-se novo §1º - renumerando-se os subsequentes - para fazer constar que, durante a análise dos pleitos de ampliação pela Antaq, será exigida a documentação do artigo 4º naquilo que couber.

### ***Adaptação dos contratos vigentes ao Decreto nº 9.048/17***

41. Reitera-se a sugestão de inclusão de dispositivo que garanta a possibilidade de adaptação dos contratos vigentes ao Decreto nº 9.048/17.
42. Apesar de já constar comando desse sentido no artigo 3º daquele Decreto, entende-se que a transcrição na norma que regram as autorizações traz clareza aos regulados, revelando-se positiva.
43. Com base nisso, incluiu-se o artigo 43 com tal previsão, renumerando-se os seguintes.

### ***Supressão de referência desnecessária a tarifas***

44. Alterou-se a redação de dispositivo da proposta de norma para retirar a referência à modicidade e publicidade de tarifas, considerando que o autorizatório apenas pratica preços. Nessa linha, apresenta-se proposta no sentido de que "o autorizatório deve observar as disposições legais e regulamentares da Antaq, notadamente as relativas à execução da operação portuária, à modicidade e publicidade dos preços praticados (...)".
45. Trata-se do artigo 51 da Resolução Normativa-MINUTA GRP que inclui os Complexos Portuários e do artigo 47 daquela que não os contempla.

## **CONCLUSÕES**

46. Ante o exposto, conclui-se que a proposta de norma está pronta para análise pela Diretoria.
47. Optou-se por encaminhar 4 (quatro) Minutas, a saber:
- a) 2 (duas) delas incluindo os Complexos Portuários Privados (Resolução Normativa-MINUTA GRP 0357564 com alterações em vermelho e Resolução Normativa-MINUTA GRP 0363678 com o texto consolidado); e
  - b) outras 2 (duas) que não contemplam essas figuras (Resolução Normativa-MINUTA G R P 0363702 com alterações em vermelho e Resolução Normativa-MINUTA GRP 0363844 com o texto consolidado).
48. Ressalta-se que, em sendo aprovado pela Diretoria Colegiada, o texto deve ser submetido a audiência pública, por afetar direitos dos agentes atuantes no setor, nos moldes do disposto no artigo 68 da lei nº 10.233/01.

**DANIELA CAMARÇO DO LAGO VELOSO**

Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Camarço do Lago Veloso, Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários**, em 10/10/2017, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º da Portaria nº 210/2015-DG da ANTAQ.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **0357553** e o código CRC **6C16C990**.

